

QUANDO KUHN, FEYERABEND E MORIN TÊM ALGO A NOS DIZER SOBRE OS CAMINHOS DA PESQUISA

WHEN KUHN, FEYERABEND E MORIN HAVE SOMETHING TO SAY US ON THE PATHWAYS OF THE RESEARCH

Bruno Nunes Batista¹

Resumo: Tomando por base uma perspectiva de trabalho que objetiva empreender uma Filosofia da Ciência no bojo da Teoria do Conhecimento, este artigo discute as possibilidades investigativas que podem ser abertas a partir do pensamento de Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e Edgar Morin. Nesse sentido, a analítica orbita em torno das principais linhas condutivas desses autores, intencionado 1) problematizar os entraves epistemológicos, através do conceito de paradigma; 2) defender que, em meio às ciências consideradas normais, caberia ao pesquisador transgredir os métodos convencionalmente aceitos; 3) isso poderia ser feito na esteira da complexidade, operando com a noção de dialógica. É sinalizado, por fim, que os limites impostos pelas ciências, assim como as regras subjacentes às metodologias, demandam uma inversão de lentes do investigador, a fim de introduzir no seu projeto de pesquisa uma marca autoral.

Palavras-chave: Paradigma. Complexidade. Método. Dialógica.

Abstract: Based on a work perspective that aims to undertake a Philosophy of Science in the area of Knowledge Theory, this article discusses the investigative possibilities that can be opened from the thought of Thomas Kuhn, Paul Feyerabend and Edgar Morin. In this sense, the analytic orbits around the main conductive lines of these authors, intended 1) to problematize the epistemological obstacles, through the concept of paradigm; 2) to defend that, within the sciences considered normal, it would be for the researcher to transgress the conventionally accepted methods; 3) this could be done in the wake of complexity, operating with the notion of dialogic. It is signaled, finally, that the limits imposed by the sciences, as well as the rules underlying the methodologies, demand a reversal of the investigator's lenses, in order to introduce in his research project an authorial mark.

Keywords: Paradigm. Complexity. Method. Dialogical.

1 PALAVRA DE ORDEM: TRANSGREDIR

Talvez os tempos atuais sejam aqueles nos quais mais vem sendo utilizada a expressão “pensar fora da caixa”. Proveniente dos cursos de

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Contato: brunonunes.86@hotmail.com

Comunicação Social, além de bastante reverberada pelas agências de publicidade e propaganda, trata-se de um mantra que visa combater elementos conservadores de determinada ordem e substituí-los por práticas inovadoras, criativas e empreendedoras. Não irei entrar propriamente no mérito ideológico de um jargão como esse, pois, como é plenamente sabido, o discurso da inovação faz parte da destruição criativa inerente ao modo capitalista de produção. O próprio investimento continuado em tecnologias só se justifica, via de regra, pela feroz competitividade no bojo da acumulação do capital; essa, no entanto, tenderá inexoravelmente a uma próxima crise econômica cíclica. Nesse sentido, o “pensamento fora da caixa” não traz nada que já não vinha sendo feito antes, e não por mero desejo, mas por pura necessidade.

O que nos chama a atenção é que nas pesquisas em torno das ciências igualmente vêm sendo carreados discursos que defendem a introdução do novo em substituição ao velho. Tal como um comerciante que concorre por lucros e clientes, as universidades vêm sendo *empresariadas* na marra e, desse modo, colocam-se no papel de solicitar aos seus pesquisadores projetos que possam ser imediatamente vertidos a arranjos locais, com o intuito de transformá-los. Seja nos estudos pedagógicos, seja nas reformas educacionais, seja nas análises ambientais, a palavra de ordem é produzir um conhecimento socialmente útil, que consiga revolucionar de alguma forma o estado anterior de um respectivo objeto de estudo.

O nó górdio disso tudo é que o lema “pensar fora da caixa”, de tanto repetido, tenderia provavelmente a se transformar em senso comum. De forma semelhante, os campos acadêmicos esbarrariam em limites criados por eles mesmos, de modo que também as investigações consideradas inovadoras seriam entravadas por regras científicas. Ora, quem já desenvolveu um projeto de pesquisa sabe que entre o otimismo gerado pela dúvida, e a frustração desencadeada pela ideia que foi podada, há uma fronteira muito tênue.

Na esteira de uma espécie de Filosofia da ciência, meu objetivo com esse texto é discutir justamente os obstáculos que dificultam a elaboração de projetos realmente diferentes, que não só trazem *vita nueva* à academia como,

de fato, valem a pena serem construídos. Para tanto, trago à tona três autores responsáveis por uma verdadeira “virada epistemológica” na segunda metade do século XX: o americano Thomas Kuhn, o austríaco Paul Feyerabend e o francês Edgar Morin. Com o auxílio do pensamento fértil desses importantes intelectuais, a ideia subjacente ao texto é ilustrar como as perguntas de uma pesquisa, na maior parte das vezes, já estão respondidas no seu próprio problema. Questionando tal prática, as coisas poderiam ser diferentes.

Nesse direcionamento, de Kuhn me utilizarei dos conceitos de “revolução científica”, “paradigma” e “ciência normal” com a intenção de debater os obstáculos construídos pelas próprias normas acadêmicas que, não raramente, obliteram novas frentes investigativas; esse autor nos demonstrará, com efeito, que uma pesquisa verdadeira inovadora exige uma alta dose de coragem por parte do pesquisador. Falando em atos corajosos, na sequência me valerei de Feyerabend e da sua postura anárquica, cujo lema mais famoso é ir “contra o método”. Assim, pensarei nele mais como uma inspiração à rebeldia acadêmica do que propriamente um teórico do conhecimento. Por outro lado, é sob sua égide que seria possível fazer uma ponte com a complexidade de Morin, o último autor do nosso “tripé de inversão”. Em meio à sua vasta obra, de grande repercussão na contemporaneidade, um princípio será muito caro à abordagem que estou tentando desenvolver: a dialógica. Na linha de raciocínio de Morin, uma das chaves para entender o enredamento do mundo atual residiria na compreensão da hibridez entre a teoria e a prática, entre lógicas contrárias que acabam fundindo-se no todo; mas, para isso, precisaríamos nos deseducar.

Tomando por base esses três autores, a ponta de lança construída em meio ao texto terá como meta a inversão das nossas lentes investigativas, de forma que talvez possamos ver como somos enquadrados por práticas sociais e culturais. Uma vez conhecendo-as, quem sabe conseguiríamos ler o mundo através de uma outra ótica, certamente não melhor que a anterior, porém possivelmente diferente. Nesse sentido, as obras de Kuhn, Feyerabend e Morin não ritualizam os métodos nem, muito menos, propõem soluções universais

para problemas específicos. Mais do que isso, elas descartam o receituário investigativo e sinalizam, cada um a seu modo, uma mudança de perspectiva.

2 THOMAS KUHN: APONTAR OS LIMITES DO JOGO CIENTÍFICO

É necessário ampliar os panoramas de análise e evitar a veneração de uma única matriz teórica em um projeto de pesquisa, o que conduziria, como dizia Morin (2005), à formação de uma inteligência cega. Nesse sentido, ainda que as teorizações de Thomas Kuhn tenham tido como foco de análise a Física, a Química e a Biologia, elas podem ser vertidas à análise que estou empreendendo.

Na sua clássica obra, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn (1998) apresentou uma série de argumentos que buscavam clarificar os aspectos históricos e sociológicos que rodeariam uma construção científica, ou seja, levando em conta aspectos subjetivos de uma área do conhecimento. Conforme seu ponto de vista, critérios totalmente racionais são insuficientes e até mesmo ingênuos, posto que eles estariam envolvidos em dilemas éticos e fatos sociais produzidos por perspectivas particulares, sendo que cada peculiaridade em si é característica própria de uma determinada época. No entanto, raramente a ciência é ciente dos seus limites.

Para Kuhn (1998), as realizações científicas que são universalmente aceitas no interior de uma comunidade científica constituem um *paradigma*. Esse prepararia o estudante para adentrar em uma área do conhecimento e inserir-se ativamente na respectiva comunidade científica; para tanto, ele deve operar com as regras e esquemas fundamentais para a especialidade que escolheu. Nessa concepção, o jovem cientista seria enquadrado em uma posição na qual seu olhar dependeria “[...] tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (KUHN, 1998, p. 148). Com efeito, o paradigma presume a obediência a padrões

imutáveis fixos, que impõem que a construção de hipóteses seja ajustada a teorias anteriormente corroboradas, de forma que problemas não encaixados em tais normas estabelecidas devem ser eliminados. Não raramente, um paradigma se assemelharia a um dogma.

Na esteira desse processo de interdição, forma-se a “ciência normal”. Compreendida enquanto “[...] uma tentativa vigorosa e devotada de forçar a natureza a esquemas conceituais fornecidos pela educação profissional” (KUHN, 1998, p. 24), a ciência normal inviabilizaria as novidades que poderiam subverter os compromissos básicos com um dado paradigma, que se basearia em realizações passadas para balizar as práticas posteriores. É fato que no período pré-paradigmático as divergências são até mesmo bem-vindas, o contraditório institui a fertilidade. Com o tempo, no entanto, o paradigma cristalizado passaria a efetuar uma “operação de limpeza”, isto é, “[...] a tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (KUHN, 1998, p. 45). Tanto mais bem-sucedida é a ciência normal quanto melhor consegue expulsar as ambiguidades que ameaçariam as suas tradições; ela aumenta seu poder de fogo quando modela a “[...] habilidade dos cientistas para selecionar regularmente fenômenos que podem ser solucionados através de técnicas conceituais e instrumentais semelhantes às já existentes” (KUHN, 1998, p. 130).

Em meio à essa movimentação, Kuhn acerta em cheio na metáfora do “quebra-cabeças”. Uma vez solidificado pelas pesquisas que desenvolve, e guarnecido pelas leis automaticamente reproduzidas, um paradigma poderia ser comparado a um jogo de quebra-cabeças, cuja característica é a existência de peças desorganizadas que, uma vez encaixadas, encontrariam sua chave imagética. Ao entendermos esse jogo como detentor de uma solução final e aceitável e, nessa linha de raciocínio, pensarmos a ciência normal como uma prática parecida, isso tudo nos indicaria que só poderíamos pesquisar com ferramentas analíticas que nos seriam ofertadas a priori. Em suma, resolveríamos problemas definidos pelo próprio paradigma, sendo que esses,

não raramente, já possuem um indício relevante de resposta. Não por acaso, Kuhn (1998, p. 105) arriscou dizer que a introdução de novos métodos chegaria a ser até mesmo uma extravagância. Por outro lado, nessa partida de peças-quebradas cuja resolução já estaria determinada, aquele que não encaixa adequadamente as peças passaria a ser responsável pelo fracasso da pesquisa – o paradigma, desse jeito, canoniza-se.

O fato dessas bases limitarem o que se pode pensar, fazer e dizer perante algum objeto de estudo não significaria que, entretanto, essas forças não possuiriam fragilidades. A tais pontos de escape Kuhn denomina de “anomalias”. Quando os membros de uma comunidade científica não conseguem mais se esquivar dos desequilíbrios que embaraçam a tranquilidade paradigmática, gradualmente vão abrindo-se oportunidades para ações extraordinárias que conduzem as tradições ao período de crise, isto é, “[...] com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal” (KUHN, 1998, p. 78). Aos poucos, a percepção de uma novidade se transforma em cenário aceito, e é daí que a emergência de um novo paradigma se anuncia em perspectiva.

Quando a anomalia impera e as regras estabelecidas não mais respondem satisfatoriamente às perguntas propostas, o terreno começa a ser aplainado, finalmente, para a chegada de uma “revolução científica”. É claro que essas não se constituem repentinamente e muito menos de forma linear, mas se ajustando aos fatos e tradições anteriores e com eles compondo uma nova forma de organização descompromissada com as pautas prévias. Essas mudanças não precisam ser de grande magnitude ou apelo midiático, sendo na maioria parte das vezes pequenas viradas que instabilizam o status quo acadêmico, enfraquecendo seu caráter oficial. Mas há de se destacar que o rompimento com o jogo de “quebra-cabeças” no qual se alicerça a ciência normal em algumas situações é tão intenso que a conversão de antigos pesquisadores ao novo cenário nem sempre se realiza. Para Kuhn, aliás, trata-se de uma adesão que não pode ser forçada: a carreira de muitos profissionais

alicerçou-se em tradições antigas que não poderiam ser facilmente abandonadas; se, a cada pequena anomalia, uma comunidade científica autorizasse um período de crise, provavelmente a ciência deixaria de existir. Por outro lado, ignorar os efeitos de uma crise, temendo seus riscos, soterraria as inovações. É tendo em vista esse quadro, com certa dose de razão, que Kuhn (1998) argumenta que os períodos revolucionários têm maior chance de eclodir pelas mãos dos pesquisadores jovens, cuja posição recente em determinados paradigmas permite a eles não se comprometerem profundamente com as regras de funcionamentos de uma comunidade.

Ao identificar dentro da comunidade científica o paradigma, a crise e as revoluções, Thomas Kuhn instituiu uma frente de trabalho que reflete vigorosamente sobre os limites impostos no bojo de uma pesquisa. Mas, sobretudo, esse verdadeiro filósofo da ciência identificou nos processos de crise e anomalia de um paradigma não simplesmente a construção de uma forma científica superior, como também uma chance de revisão sobre as amarras que podam a nossa criatividade. Obviamente, isso não significa que poderíamos não estar fora do arco paradigmático, mas sim reconhecer seu caráter fechado e auto normativo. Logo, um pouco mais livres poderíamos ser – não sem uma dose de coragem, é verdade. Afinal de contas, tal como as prisões discursivas de Michel Foucault, mais difícil do que lançar novas âncoras paradigmáticas é encarar de frente as antigas. Kuhn nos mostrou as portas; Feyerabend, na sequência, nos incentivaria a arrombá-las.

3 PAUL FEYERABEND: PLURARIZAR AS CERTEZAS

Com uma visão semelhante à de Kuhn, para o austríaco Paul Feyerabend toda crise é recebida com desconforto e incômodo nos meios acadêmicos e científicos, isso porque ela afetaria os “períodos normais” da ciência. Com efeito, a fim de afastar a turbulência da zona de conforto acadêmica, são postas em operação ferramentas que instituem a “condição de coerência”, isto é, um conjunto de normas que excluem hipóteses ou teorias

cujas elaborações estão em desacordo com a “[...] preservação do que é antigo e familiar, não porque seja portador de qualquer inerente vantagem, mas apenas por ser mais antigo e familiar” (FEYERABEND, 1977, p. 48). Através do fechamento a fatos novos, a condição de coerência poderia ser comparável a uma espécie de fundamentalismo religioso, visto que trabalha mediante a “[...] exigência de que as hipóteses novas devam ajustar-se àquelas teorias” (FEYERABEND, 1977, p. 47).

No bojo dessas exigências, esses procedimentos de exclusão estariam, na visão de Feyerabend, a serviço do pensamento científico classicamente moderno que tem no mecanicismo de Newton, no racionalismo cartesiano e no método positivo de Comte suas principais pedras de toque. Dessa forma, não só a novidade dificilmente recebe carta branca para se estabelecer na ciência normal, como ela seria excluída pelas características subjetivas que viria a carregar. Sendo assim, não bastaria que um projeto de pesquisa respeitasse o status quo procedimental; mais do que isso, ele seria avaliado conforme seu estado de neutralidade, objetividade e quantificação. Não por acaso, é por isso que, seres históricos que somos, temos que ser treinados para adentrar no jogo da ciência – ele, com efeito, não é para todos, não funciona dessa forma. Sobretudo, esses esquemas visam atender às regras do racionalismo crítico e do empirismo lógico, pautados por princípios como a falseabilidade, a imparcialidade do sujeito, a solidez das ideias, a certeza da experiência sensória e o culto aos argumentos da razão em detrimento do jogo incerto das emoções.

É contra essa perspectiva que Feyerabend disfarça seus mais contundentes ataques. Esse autor, em *Contra o Método* (1977), construiu um texto semelhante a um manifesto, no qual opera tanto um ato de desconstrução de paradigmas estabelecidos quanto, notadamente, sinaliza possibilidades de um novo método provisoriamente chamado de anarquismo metodológico ou pluralismo teórico, nos quais valeria o princípio do “tudo vale”; nesse, haveria o “[...] grito de batalha revolução permanente” (FEYERABEND, 1972, p. 258). Mirando o que chama de “períodos científicos normais”, Feyerabend argumenta

que a metodologia científica possuiria uma ideologia-padrão funcionando enquanto entrave à criatividade e inovação do pesquisador. Ela faz porque recebeu da Modernidade um rótulo de sacrossanta, balizada por rituais de autoridade que faz da ciência, não raramente, uma partida de cartas marcadas, com resultados conhecidos de antemão. É justamente a conjuntura que Feyerabend (1977) mais questiona. Concebendo a ciência como um empreendimento essencialmente anárquico, oportunidades inúmeras ficam, no entanto, no meio do caminho entre o ideal da teoria e a realidade nua e crua da prática.

Duas atitudes, nessa perspectiva, seriam necessárias por parte do investigador. Uma delas, é claro, refere-se à coragem do ineditismo, o que significa que todos nós deveríamos ser mais autores ou, até mesmo, *outsiders* da pesquisa. A outra, tão importante quanto a primeira, significa pluralizar as certas e, portanto, diversificar o método. Em outras palavras, trata-se isso, na visão de Feyerabend (1977, p. 71), da elaboração de “trilhas de fuga”.

As trilhas de fuga elaboradas pelo pesquisador tecem integradamente o diálogo entre hipóteses contraditórias ou que tenham sido até mesmo refutadas. Se nenhuma tese espelha o fato na sua plenitude objetiva, urge que se salte para fora do círculo prescrito-regimental-científico e invente-se, como explica Feyerabend (1977) um sistema conceitual que abarque tanto os resultados da mais criteriosa observação/descrição quanto o relativismo dos princípios teóricos, processo que pode ser flexibilizado pela introdução de concepções externas, como os mitos, as ideias populares, as paixões ou, mesmo, “[...] as palavras desconexas dos loucos” (FEYERABEND, 1977, p. 90). Admite-se, logo, que um conhecimento desordenado é detentor da potencialidade de efervescer a construção de um problema de pesquisa. Ainda assim, não é garantia de descomplicar o conhecimento, que permanece sendo o corolário de “[...] um levantamento, feito a partir de um ponto conveniente e apropriado” (FEYERABEND, 1977, p. 372); por conseguinte, as limitações subjacentes ao pensamento científico o fazem uma das formas de desenvolvimento empreendidas pelo homem – e não a melhor delas.

Como um esboço de teoria anárquica que confronta as prescrições, critérios apriorísticos e condições de coerência próprias ao pensamento científico, Feyerabend também sinaliza, na esteira da anarquia metodológica, o procedimento contra indutivo. Para ele, trata-se de uma estratégia na qual se consegue colocar para discussão hipóteses aparentemente incompatíveis perante pontos de vista corroborados pela opinião acadêmica geral. É verdade que, nesse pressuposto, o empreendimento científico seria visto como um palco de batalhas argumentativas, na qual uma das partes é temporariamente derrotada. Todavia, ao levarmos em conta que as novidades são “[...] descobertas graças a contraste e não graças à análise” (FEYERABEND, 1977, p. 42), tanto esse choque é salutar quanto, possivelmente, escancara o frescor dos ventos novos e dos novos tempos, o que permite uma ultrapassagem das não raramente metodologias caducas que interpretam o mundo de um limitado ponto de vista.

Como não somos detentores de “[...] uma natureza estável, porém uma realidade indeterminada, não cognoscível em princípio” (FEYERABEND, 2008, p. 61), os limites do conhecimento vão brilhar e se apagar frente a contextos históricos e geográficos indeterminados e singulares. Portanto, qualquer fórmula que aprisiona o conhecimento, para Feyerabend, é uma quimera e, “[...] por mais aferrada que ela seja, trata-se apenas de uma informação muito expurgada daquilo que sucede realmente” (FEYERABEND, 2008, p. 36). Sendo assim, não só a existência de uma pedra angular que doutrine o trabalho investigativo e a pesquisa acadêmica parece ser impossível, como também certas intervenções, experiências bem-sucedidas e soluções pretensiosamente universais só podem eclodir efetivamente em contextos e perspectivas particulares. É essa indefinição com a qual colidem as teorias transcendentais que autoriza a pluralidade teórica e metodológica. Feyerabend deseja, de fato, virar de cabeça para baixo a ciência convencional; pretendeu, certamente, mudar as regras do jogo. Ele tentou fazer o caminho da pesquisa pela via da incerteza, não aspirando à criação de doutrinas; não fechou acordo com uma lei investigativa geral, concebendo os trabalhos investigativos

enquanto entidades dinâmicas, em constante transformação; pensou a ciência, finalmente, como um espaço geográfico, isto é, palco de narrativas dissonantes que negam a chance de poder prever as ações sociais que podem ou não acontecer. Mais do que isso, ele nos disse, sem mandar dizer, que, em muitos casos, como defendia Eco (2012, p. 124), “[...] não é preciso apoiar-se na autoridade de quem quer que seja” para sinalizar uma opinião e/ou confrontar algo que está cientificamente posto.

4 EDGAR MORIN: AS VERDADES SÃO PROVISÓRIAS

Pensar pela via da pluralidade, confrontar a lógica binária, transitar apropriadamente entre as benesses e os transtornos do mundo, derrubando muros artificialmente levantados: uma atitude perante a pesquisa alavancada pelas ideias de Edgar Morin, dentre elas a dialógica.

O pensamento de Morin não é classificável e muito menos parte de um saber especializável. Autor de formação multidisciplinar, chegou ao ponto de ser descrito como um onívoro cultural (FORTIN, 2006, p. 13). Motivado por um fato corriqueiro e inescapável que o acompanhou desde a infância – a morte –, desde a perda materna prematura, até sua participação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como soldado da resistência francesa, Morin percebeu, em um dos seus primeiros livros, *O Homem e a Morte*, que esse fenômeno seria totalmente cultural e totalmente biológico. Afinal de contas, não existiria fuga, ao fim e ao cabo, da morte; entretanto, a sociedade adapta o indivíduo a ela, e se essa mesma sociedade nos assusta com a proximidade do fim, da mesma forma alimenta-nos o desejo por e a esperança de imortalidade. Com efeito, as atitudes perante a morte evocam, por si só, a expulsão do isolamento disciplinar, situação anunciada por Morin no seu projeto de trabalho: a complexidade. Nela, morre não a concepção de homem em si, “[...] mas sim uma noção insular do homem, retirado da natureza e da sua própria natureza;

aquilo que deve morrer é a auto-idolatria do homem, admirando-se na imagem pomposa de sua própria racionalidade” (MORIN, 1975, p. 199).

Ao longo da segunda metade do século XX, Morin desenvolveu uma extensa obra, centrada a partir da coleção *O Método*, a partir da qual propunha trabalhar com a incerteza e a religação dos saberes. Segundo o seu ponto de vista, as especializações disciplinares engendraram uma inteligência cega, incapacitada de compreender as idiosincrasias da realidade. Desse modo, seu pensamento apresentava uma crítica contra o conhecimento que desprendia as dimensões do saber; a separação das partes do contexto anula a possibilidade de tomar em conjunto a simultaneidade do ser humano, que é cultural, mitológico, econômico, isto é, “[...] uma totalidade biopsicossociológica” (MORIN, 1975, p. 22).

O homem habita um planeta minúsculo perdido entre milhares de estrelas da Via-Láctea. Sua existência tem uma carga turbulenta, caótica e infernal como a formação da superfície da Terra. Ele tem marcado em si uma perdição inata semelhante à amplitude do cosmos. Exatamente por isso, a complexidade, para o próprio Morin, não significa uma poção mágica ou um remédio para os problemas do mundo, mas, como ele escreve, “[...] um desafio que sempre me propus a vencer” (MORIN, 2006, p. 10). Concebe-a, então, como uma possibilidade de compreensão planetária, cujo combate maior se faz contra o “conhecimento pelo conhecimento” no qual a ciência moderna amparou-se. Sinaliza que não mais se separe a ética do conhecimento, a fim de que seja possível construir uma consciência planetária que faça relações disciplinares “[...] a partir da responsabilidade, da inteligência, da iniciativa, da solidariedade, do amor” (MORIN, 2011, p. 35).

Edgar Morin entende o conhecimento objetivamente e subjetivamente. Em toda explicação existe um aspecto singular e um aspecto global, logo toda compreensão tem algo de incompreensível. Como “[...] todas as atividades racionais da mente são acompanhadas de afetividade” (MORIN, 2011, p. 135), seria necessário unir diferentes noções na diversidade de um conjunto, mobilizando conhecimento em prol da ativação de uma inteligência geral.

Nesse sentido, entre as partes e o todo aflora uma incerteza cognitiva e histórica, que conduz à imprevisibilidade das ações humanas em contato com as intempéries do mundo; é a desordem que faz avançar o conhecimento e constrói uma rota de criatividade pelo imprevisível, desabrochando o desconhecido e elencando a história como descontínua e não-linear. É desse cenário incerto e confuso que Morin elabora o princípio que interessa à proposta investigativa que desenrola: a dialógica.

Segundo Morin (2011), é um erro reduzir o homem a um só componente ou dimensão: através da lógica binária e disjuntiva que o reduz a “isso ou aquilo”, embaraça-se o olhar que pode tomá-lo simultaneamente na afirmação e na negação. Em suma: *homo complexus*, uma versão antagônica, complementar e ambivalente de si mesmo. Por conseguinte, não apenas *homo sapiens* e *homo faber*, mas também *homo demens* e *homo ludens*. Ser racional, prático e lógico; “[...] ser irracional, histérico e neurótico; chegou à idade moderna, mas a sua afetividade e o seu imaginário estão ainda ligados às cavernas primitivas” (FORTIN, 2006, p. 24). O próprio movimento da natureza terrena impõe desde os princípios da formação planetária uma alternância incontornável entre problemas de ordem e desordem. As organizações ativas estão continuamente sujeitas à desgaste, degradação e desorganização (termodinâmica), o que, paradoxalmente, levam-nas a regenerarem-se e reorganizaram-se, processo visto pela complexidade como fundamental: “Sendo excluída a desordem, o universo estava condenado à repetição, universo de gelo incapaz da mínima inovação e transformação, incapaz mesmo de nascer” (FORTIN, 2006, p. 48). De forma semelhante, as ideias se configuram como organizações ativas: elas com o tempo tendem a corromper-se e desintegrar-se (MORIN, 1986).

Frente à ordem e desordem, Morin defende a união de noções contraditórias em um mesmo plano de pensamento, concebido como complexo. Integrando duas palavras – “dia” e “lógica” – esse filósofo estabelece a dialógica como o ponto nerval no qual duas noções lógicas ligam-se e opõem-se umas às outras. Ao contrário da dialética, na qual a contradição

representada pelo confronto da tese com a antítese forma uma solução (síntese), os antagonismos permanecem e dão origem a um fenômeno complexo. Pela dialógica “[...] dinâmica disruptiva do conhecimento vai fervendo por baixo e, com o tempo, fumaça começa a vazar, primeiro por pequenas frestas, depois inundando o todo. Dissidências formam-se e já não há verdades tranquilas” (DEMO, 2008, p. 132).

Edgar Morin considera o conhecimento e a vida enquanto sistemas abertos, nos quais os princípios da ordem, determinismo, clareza e certeza se confluem numa organização “desorganizadora”, na qual a eliminação da imprevisibilidade e do acaso é impossível. É claro que, nessa linha de raciocínio, Morin vai questionar de modo acentuado alternativas simplistas alicerçadas em palavras mestras, como “esquerda-direita” e “capitalismo-socialismo”. Elas seriam, de fato, insuficientes para a compreensão de um mundo no qual as dúvidas são muitas e as verdades, por sua vez, provisórias. A dialógica demanda, por isso, um esforço intelectual especial no qual devemos estar sempre nos reinventando, sabendo, todavia, que haverá uma parte do conhecimento cuja estrutura será incompreensível. Com efeito, o estado por excelência da dialógica é aquele cuja “[...] ação entre a ordem e a desordem é organizadora, flexível, inventiva, criadora e em que a interferência das qualidades cerebrais superiores constitui um epicentro consciente” (MORIN, 1975, p. 150).

Os sistemas abertos engendram certezas polifônicas e aleatórias; compreendem, em outras palavras, um trabalho que não objetiva a descoberta de equações-chave que resolvam todos os problemas, e sim dialoguem com eles através da perspectiva questionadora. Em tal atitude residiria, para Morin, o cerne da fecundidade científica, cuja motivação está em fazer conversar fenômenos contraditórios, através de utopias e ideias alimentadas pela própria realidade. Com efeito, todo pensamento deve ser atravessado por uma ecologia mental e cultural que o alimenta em complexidade (MORIN, 2005). Edgar Morin, nesse e em outros pontos, está ao lado de Kuhn e Feyerabend. Isso porque o eixo transversal da sua obra se ancora numa concepção de

ciência aberta e pluralizada, na qual os caminhos aparentemente divergentes se desdobram numa mesma unicidade. As certezas são aleatórias e devido ao fato da sua permanente transformação, também biodegradáveis: todo método é relativo. É por isso que, na concepção complexa, cai por terra aquela velha fé na trindade laica razão-ciência-progresso, cujo alicerce está na razão que formou racionalizações; na ciência, que revela ambivalências mas procura expulsá-las; e no progresso, que constituiu uma narrativa da qual não se extrai nenhuma garantia (MORIN, 2015).

Edgar Morin fecha a tríade da desconstrução científica e, tal como Thomas Kuhn e Feyerabend, disponibiliza mais argumentos para solapar aquele pensamento fechado, asfocado e, não raramente, arrogante, estimulado pela procura “[...] da palavra-mestra que explica tudo, da ladainha que pretende tudo resolver” (MORIN, 1975, p. 219). Os espaços de pesquisa estão envolvidos num emaranhado de ordens que não operam tão somente através de acepções cognitivas e/ou intelectuais; incluem-se nelas atitudes psíquicas, físicas, biológicas e afetivas. Qualquer trabalho investigativo apenas avalia uma busca subjetiva da verdade, a qual, por outro lado, é parte de um jogo na qual a única norma é que ela é temporária e espreitada por uma morte processual e, parece, inexorável. Existe na criação inovadora um equilíbrio muito tênue, que supõe intercambiar numa mesma lógica, e sob igual pano de fundo, o passado e o presente, o presente e o futuro. Tal ação não viria naturalmente nem num piscar de olhos, mas na atividade ousada do próprio pesquisador que, desvinculado da pretensão científica totalizante, aceita o lugar modesto daquele que não sabe tudo. Por outro lado, admitir que não sabemos o suficiente nos oferece, em contrapartida, a coragem da busca permanente. Na esteira desse processo, aprendemos a fazer o novo e, assim, finalmente criamos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso quiséssemos sintetizar a leitura de mundo de Kuhn, Feyerabend e Morin em um verbo imperativo, poderíamos tranquilamente escolher *transgredir*. Com efeito, o que uma abordagem assumidamente panorâmica como a que fiz colocou em relevo foi o fato de que, a priori, não somos donos dos nossos projetos de pesquisa; a priori, as respostas aos problemas já foram realizadas. É óbvio que isso mata a vitalidade do nosso pensamento; é claro que um trabalho feito desse modo perde em arte e ganha em previsibilidade. É contra esses desdobramentos que tais autores se colocaram no percurso das suas obras.

À vista disso, apenas uma visão que acoplasse a desconfiança perante as prisões que podem pertencer a um paradigma (tal como ensina Kuhn), através de uma multiplicidade de ações teóricas e metodológicas (o anarquismo de Feyerabend), poderia viabilizar uma perspectiva de trabalho que operasse com a incerteza e a descontinuidade, formando sistemas abertos – a valiosa contribuição de Morin. É do lado desses princípios que desejei, ao longo do texto, estar.

Dessa forma, vimos que esses notáveis intelectuais nos deixaram como lição a ideia segundo a qual ao formulamos um problema, não o fazemos sozinho nem num estalo cognitivo que se deu uma hora para a outra. Esse processo advém de um emaranhado de motivos, razões e aflições que nos levaram a questionar aqueles cenários e situações: é assim que a subjetividade se torna parte do processo de pesquisa, porque olhamos uma situação através do que nos incomoda, já condicionando daí para frente nossas atitudes futuras. Por conseguinte, os atores envolvidos em uma investigação desenvolvem singularmente suas atividades através de experiências e significados que alimentam, ambigualmente, cada traçado teórico. Com efeito, envolvemo-nos no mundo pelas lentes lógicas de uma cultura, que elabora ossa historicidade. Acessamos a realidade através da perspectiva sobre um determinado fenômeno cuja escolha que fazemos já o modifica. Nesse panorama, a vontade de proximidade neutra com o objeto é solapada, não apenas porque é impossível concebê-lo de maneira desencaixada das suas raízes históricas,

como, de forma semelhante, ele é vinculado a matrizes culturais significadas por uma realidade de maior amplitude. Ora, não temos como antecipar um fato social, porque carregamos conosco uma bagagem de juízos (bem/mal, certo/errado) que interfere nos fenômenos estudados.

Por outro lado, a nossa subjetividade é complementada pelo emaranhado de regras e normativas científicas que definem o que pode ser pesquisado, como pode ser pesquisado e quem pode pesquisá-lo. Assim sendo, a postura recomendada num autor como Feyerabend é tentarmos o máximo que possível nos despirmos dos julgamentos pré-operatórios sobre um dado objetivo de estudo. Muitas vezes, as leituras que viemos a procurar na sequência são muito frequentemente aquelas que ajudam a robustecer as nossas perspectivas iniciais. Dessa atitude, saem costumeiramente três erros: a) sentenciar determinada realidade, enumerando seus erros e denunciando suas mazelas; b) insistir na metodologia original, fazendo com que emerja um desencaixe entre o planejamento e a coleta de dados; c) forçar a conversa entre duas linguagens díspares, criando verdadeiros malabarismos para convencer a si mesmo e aos outros que os processos estão acontecendo, de fato, como a nossa hipótese imaginou que o seriam. Com efeito, seriam necessárias sucessivas pequenas revoluções para, como pesquisadores, nos desatrelarmos dos posicionamentos que empreendemos e das leis gerais que nos são impostas pelo paradigma em vigor – Thomas Kuhn, nesse sentido, foi muito perspicaz.

Fazendo um trabalho inverso, tanto Kuhn quanto Feyerabend e Morin sinalizaram que uma investigação científica é contingente e representativa apenas nos seus pormenores. Por isso mesmo, é imprevisível, impossibilitando que se pague tributo até o fim a um determinado autor; assim, esses pensadores nos advertiram para os riscos de “morrer abraçado” a qualquer roteiro metodológico original. Pelo contrário, o movimento aqui discutido terá duas conjecturas. Uma delas é que assumiremos que nem nós e nem o mundo começaram ontem e que, portanto, cabe-nos realizar sucessivas vigilâncias na moral a fim de que não sejam invocadas aquelas forças absolutistas que

almejam remediar e/ou consertar a realidade. Em segundo lugar, a metodologia nunca será pensada como um escrito sagrado a ser seguido religiosamente, mas como um conjunto de precauções que podem guiar a investigação em termos de ética, transparência, rigor e honestidade. Em outras palavras, Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e Edgar Morin pavimentaram o caminho para novas frentes investigativas. Apontaram os limites e retiraram da ciência a sacralidade que ela pretendeu, mas nunca, a rigor, conseguiu ter. Por último, evidenciaram corajosamente as zonas de conforto do nosso pensamento, nos permitindo pensar diferente. Devemos-lhes bem mais do que imaginamos.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não-linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2008.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FEYERABEND, P. Problemas da microfísica. In: MORGENBESSER, S. (Org.). **Filosofia da ciência**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

FEYERABEND, P. **Contra o método**: Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FEYERABEND, P. **Diálogos sobre o conhecimento**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FORTIN, R. **Pensar com Edgar Morin**: ler O Método. Lisboa: Edições Piaget, 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MORIN, E. **O enigma do homem**: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, E. **O método 6**: ética. Porto Alegre: Sulina, 2011.

